

O agalma da Escola e o tornar-se membro¹

Eliane Costa Dias

Por que se solicita a admissão como membro da Escola?

A resposta a essa pergunta me remete, primeiro, à premissa freudiana² de que a formação de um analista está assentada em um tripé:

- Formação teórica – que envolve o estudo, o persistente debruçar-se sobre os textos, a busca sistemática de articulação de conceitos e de apreensão de uma doutrina teórica da psicanálise.
- Experiência radicalmente singular do tratamento na análise pessoal.
- Transmissão da experiência particular da clínica, seja na supervisão, seja na interlocução com os pares.

Em seguida, deslizo ao princípio enunciado por Lacan: “O psicanalista só se autoriza de si mesmo”. Completado, logo em seguida: “Isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação”.³

Endereçar um pedido de admissão, portanto, é um endereçamento de transferência à Escola, como efeito e como via da formação como analista. É um ato de desejo.

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967...*⁴ Lacan define que a Escola é um lugar de *gradus* que, diferentemente de hierarquia, implica em uma organização circular das posições cujo funcionamento se firma na experiência. E aponta as modalidades de pertinência: o praticante em formação na Escola, o AME e o AE.

Qualquer das posições recoloca o que Laurent, em 2006, em seu discurso de candidatura à função de delegado geral da AMP, destacou como a questão do agalma da Escola e a relação desse agalma com os títulos analíticos e com a condição de membro.⁵

Segundo Lacan, a rigor, a qualidade de psicanalista só pode ser adquirida se a experiência do sujeito como psicanalisante for levada a termo. Não há outra via régia senão a própria análise, a elaboração de sua relação com o inconsciente e com o desejo do qual se é sujeito. Podemos nos perguntar, no entanto, sobre o estatuto do “desejo de ser analista” nesse processo.

A experiência radical e absolutamente singular da transferência e do dispositivo analítico pode permitir ao sujeito um giro na elaboração da relação com o falo e com o enigma do desejo do Outro. No entanto, se o trabalho de análise produz um saber sobre o sintoma, o seu levantamento nunca é completo. Permanece a opaca relação com o gozo e com o que pode precipitar como resto da articulação dos significantes mestres pinçados. Um movimento em curso para todo analisante. Acredito que a certa altura do caminho, *algo* diz que já não há mais volta nem possibilidade de acomodação. Só resta

¹ Texto publicado in: *Um por Um – Boletim eletrônico do Conselho da EBP*, n° 162, 18/março/2013.

² FREUD, S. – Sobre o ensino da psicanálise nas universidades (1919), ESB vol. XVII; A questão da análise leiga (1926), ESB vol. XX.

³ LACAN, J. – Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 248.

⁴ LACAN, J. – *idem*.

⁵ LAURENT, E. – Discurso de candidatura à função de Delegado Geral 2006-2008. In: *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.

prosseguir... Na visada, não mais o “desejo de ser analista”, mas o desejo do analista, em devir.

À medida que se evanescem as identificações e a suposição de saber no Outro, a Escola surge como suporte da transferência.

Nesse ponto, me ocorre o texto *Princípios diretores do ato analítico* elaborado por E. Laurent:

*O psicanalista jamais está sozinho: ele depende, tal como o chiste, de um Outro normatizado, autoritário, regulamentar, standardizado. (...) A interlocução pela qual visa obter um acordo sobre essa travessia é feita em dispositivos institucionais. Ela se inscreve, de modo mais profundo, na grande Conversação da psicanálise com a civilização. O psicanalista não é autista. Ele não cessa de se endereçar ao interlocutor benevolente, à opinião esclarecida, e pretende comovê-los e interessá-los em favor da causa psicanalítica.*⁶

O pedido de admissão é, então, endereçamento de transferência à Escola, entendida não como uma associação profissional, mas como “organismo” que, no campo aberto por Freud, constitui um espaço:

- de sustentação da psicanálise no mundo;
- de transmissão da doutrina teórica e da práxis da psicanálise;
- de interlocução entre pares;
- de suporte da transferência com a psicanálise, como transferência de trabalho;
- de refúgio e base de operação contra o mal-estar (na civilização e na própria psicanálise), mediante um trabalho permanente de crítica.⁷

Escola, que assim entendida, pode ser pensada como campo de ancoragem do “tripé” e espaço de “trabalhadores decididos”.

No entanto, ainda na *Proposição...*, Lacan nos alerta: “*Existe um real em jogo na própria formação do psicanalista. (...) Não menos patente – e concebível, para nós – é o fato de que esse real provoca seu próprio desconhecimento, ou até produz sua negação sistemática*”.⁸

Se na direção de um tratamento analítico, lidamos desde o início com a vertente simbólica e a vertente real do sintoma, ao endereçar transferência de trabalho à Escola cada um deposita sua libido, mas também seu sintoma e seu modo de gozo. O real está em jogo na formação do analista e na transmissão de seu discurso na civilização. Mas como nos diz Laurent: “*Esse real se manifesta diferentemente, segundo as diferentes Escolas. Sejam quais forem essas diferenças, não implicam paralisia, nem a esperança de uma solução unificada. Implicam, em vez disso, o ajuste contínuo de dispositivos dispersos, espalhados, mas também articulados. Eles permitem manter uma conversação orientada para esse real*”.⁹

Cabe, portanto, à Escola, o desafio de sustentar a conversação permanente sobre a autorização extraída por cada um de sua análise e de sua prática clínica. O desafio de sustentar, na tensão em justa medida, o *affectio societatis* entre os membros.

⁶ LAURENT, E. Princípios diretores do ato analítico. In: *A sociedade do sintoma: a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007, p. 220.

⁷ MILLER, J. A – Como alguém se torna psicanalista na orla do século XXI. *Opção lacaniana*, n° 55, nov./2009.

⁸ LACAN, J. – Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, p. 249.

⁹ LAURENT, E. Princípios diretores do ato analítico, p. 214.